

Acordo da dívida *Externa* está na reta final. E Zélia se diz otimista.

Os termos do acordo sobre os juros atrasados da dívida externa já foram praticamente acertados entre o negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster, e os executivos dos três bancos (Citibank, Morgan Guaranty e Lloyds) que lideram o comitê representativo dos credores. Mas o comitê de 22 bancos está seriamente dividido e deverá levar mais alguns dias para resolver suas diferenças, segundo informa de Washington o correspondente **Paulo Sotero**. Apesar disso, a ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, informou ao editor **Marco Antônio Antunes**, em Brasília, que continua otimista quanto à possibilidade de o Brasil fechar um acordo com os bancos.

“Não chegamos propriamente a um impasse, mas acontece que as negociações, que vinham caminhando muito bem, estacancaram de repente”, afirmou. Ela não quis revelar qual o motivo da repentina volta atrás dos banqueiros, mas uma fonte diretamente ligada aos representantes brasileiros na mesa de negociações confidenciou que parte dos bancos negou-se a aceitar o “gesto de boa vontade do Brasil” de liquidar até 25% dos débitos atrasados: cerca de US\$ 1,640 bilhão, de um total de US\$ 8 bilhões em atraso até 31/12/90.

Segundo a ministra, precisa ficar claro para os banqueiros e também para toda a sociedade brasileira que “o Brasil já não é um país em moratória”, pois desde janeiro vem pagando 30% dos juros atrasados. O mais recente pagamento foi a parcela de US\$ 352 milhões referente aos débitos de março deste ano. Foi a mais alta quantia mensal paga até agora e só se equipara à que vencerá em setembro. A ministra da Economia acredita que essa disposição seria suficiente para conven-

cer os banqueiros a fechar um acordo visando a liquidação dos atrasados.

A crise no comitê deixou o governo americano e dos demais países industrializados membros do Grupo dos Sete diante de uma escolha complicada hoje, na reunião da diretoria do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Na última quarta-feira, os EUA e o G-7 bloquearam por uma semana a aprovação de dois empréstimos para o Brasil, no valor de US\$ 455 milhões. Hoje, eles têm de decidir se mantêm a pressão e o bloqueio, e reforçam a posição dos bancos que adotaram uma atitude dura nas negociações, ou se permitem a aprovação dos créditos e induzem o efeito contrário.

A pressão que o departamento do Tesouro vem fazendo sobre o governo brasileiro, para forçar concessões em Nova York está agora trabalhando a favor dos bancos mais intransigentes e contra o objetivo que o próprio governo americano diz ter — o fechamento do acordo o mais rápido possível, segundo uma fonte do governo brasileiro.

Os pontos já acertados com os bancos são os seguintes: o Brasil pagará entre US\$ 1,92 bilhão e US\$ 2 bilhões dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados acumulados até dezembro do ano passado. A diferença será refinanciada pela venda de um bônus de dez anos, com dois a quatro de carência, a ser emitido pelo governo brasileiro. O acerto das pequenas diferenças que restam no montante do pagamento em dinheiro e no prazo de carência depende da taxa de juros que o bônus pagará. Mas aí é que está o nó. O Brasil dispõe-se a pagar 6,8% ao ano mais um spread, ou taxa de risco, de 0,0625%. Alguns bancos, no entanto, exigem mais.